

## Participação Social no Levantamento Preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC

**Roseane Palavizini**

Ethos-Humanus Consultorias

[palavizini@gmail.com](mailto:palavizini@gmail.com)

**Vania Helena Dalpizzol**

Ethos-Humanus Consultorias

[vania\\_helena40@yahoo.com.br](mailto:vania_helena40@yahoo.com.br)

### Resumo

Este artigo evidencia o processo de participação social no Levantamento Preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), na região da Baía do Iguape - Baía de Todos os Santos – BA, envolvendo sete municípios: Maragogipe, Salinas da Margarida, Saubara, Cachoeira, São Félix, Itaparica e Santo Amaro da Purificação. O artigo reflete sobre as metodologias desenvolvidas e implementadas com vistas à escuta das comunidades e consolidação do levantamento das referências culturais junto aos representantes institucionais e grupos envolvidos com os bens culturais apurados. A transdisciplinaridade e a complexidade conformam o fundamento teórico das metodologias desenvolvidas, na perspectiva de fortalecer os agentes culturais no processo de participação social, preparando-os para o planejamento e a governança da cultura em seu território. O artigo apresenta uma abordagem crítica sobre a participação social, que visa contribuir para a efetividade desses processos no planejamento e na governança de políticas públicas no Brasil.

**Palavras-chave:** Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC; planejamento participativo; governança de bens comuns; educação patrimonial; transdisciplinaridade.

### Abstract

This article evidences the process of social participation in the INRC Preliminary Survey, in the Bay of Iguape - Bahia de Todos os Santos - BA region, involving seven municipalities: Maragogipe, Salinas da Margarida, Saubara, Cachoeira, São Félix, Itaparica and Santo Amaro Of Purification. The article reflects on the methodologies developed and implemented, with a view to listening to the communities and consolidating the survey of the cultural, references with the institutional representatives and groups involved with the cultural assets established, taking care of the legitimacy of the study. Transdisciplinarity and complexity form the theoretical basis of the methodologies developed, with a view to strengthening

cultural agents in the process of social participation, preparing them for the planning and governance of culture in their territory. The article presents a critical approach on social participation, which aims to contribute to the effectiveness of these processes in the planning and governance of public policies in Brazil.

**Keywords:** National Inventory of Cultural References - INRC; Participatory; Transdisciplinarity; Education; Equity education

## Introdução

No Brasil a participação social em processos de planejamento e governança de bens comuns e de território é uma exigência legal em diferentes políticas públicas. A ideia de participação teve início com a constituição de 1998 e se fortaleceu a partir da Conferência Mundial de Meio Ambiente – ECO 92 – em 1992. Isso revela que a experiência de participação social é muito recente, tanto para gestores públicos, quanto para técnicos planejadores, assim como para a sociedade em geral. Nessa perspectiva é fundamental reconhecer a participação social como um processo em desenvolvimento, repleto de desafios, que exige o aprendizado com a experiência, assim como o rigor científico no desenvolvimento de tecnologias sociais que contemplem inovações permanentes e abertura para a diversidade de contextos e realidades.

O marco legal para o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), instrumento metodológico de identificação, documentação e registros de bens culturais, se dá a partir da instituição do Registro de Bens Culturais Imateriais e da criação do Programa Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial, por meio do Decreto nº 3.551 de 2000. A metodologia do INRC, de responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão do Ministério da Cultura, se destina à produção de conhecimento sobre os bens culturais imateriais, tendo como objetivo apoiar e incentivar a formação de políticas de preservação, estando definidas em três etapas: i) Levantamento Preliminar; ii) Identificação; e iii) Documentação.

A metodologia de participação social na construção do INRC foi concebida a partir dessas três etapas, contemplando oficinas pedagógicas nas quais são realizadas as seguintes etapas: i) apresentação do levantamento preliminar, executado de maneira interativa com as comunidades envolvidas; ii) o registro das novas contribuições originárias dos participantes em oficinas; e iii) a complementação e revisão da identificação e descrição das referências culturais levantadas.

A iniciativa de elaboração deste Levantamento Preliminar do INRC foi do IPHAN, incluindo esta contrapartida como exigência do licenciamento de um empreendimento naval, em processo de instalação na região. O IPHAN, em uma demanda inédita em todo o território

nacional, estabeleceu como condicionante da Licença de Instalação do empreendimento, a realização do INRC envolvendo suas áreas de influência: Área Diretamente Afetada – ADA (Enseada do Paraguaçu e São Roque do Paraguaçu – distritos do município de Maragogipe), Área de Influência Direta – AID (municípios de Maragogipe, Salinas da Margarida e Saubara) e da Área de Influência Indireta – AII (municípios de Cachoeira, São Félix e Itaparica), incluindo ainda a sede municipal de Santo Amaro da Purificação que, embora não pertencesse às áreas de influência do empreendimento, pela sua importância cultural, foi incorporada ao inventário.

O Levantamento Preliminar teve início com a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa em campo, gerando as informações relativas ao levantamento e identificação dos bens culturais existentes na região, avaliando aqueles que poderiam ser mais impactados pelo empreendimento. Os resultados desse levantamento tiveram a função de gerar um Diagnóstico Cultural do território e orientar o IPHAN nas ações preventivas de proteção e salvaguarda das referências mais vulneráveis.

Para cobrir o território a ser estudado, estabeleceu-se um cronograma de eventos participativos, que foram desenvolvidos em campo por uma equipe multidisciplinar composta de: pesquisadores, especialistas em participação social e técnicos do IPHAN, no período de agosto de 2013 a janeiro de 2014. Neste período, foram realizadas consultas públicas, no formato de oficinas interativas, nas quais as referências culturais levantadas foram apresentadas, revisadas, complementadas e identificadas, consolidando e legitimando o levantamento preliminar executado. Esse processo foi complementado por uma estratégia transversal de Educação Patrimonial junto aos participantes das oficinas, promovendo a ampliação do conhecimento desses agentes da cultura sobre a política nacional de cultura e seus instrumentos, ressaltando a importância do INRC para o território.

### **A metodologia de participação social no levantamento preliminar do INRC**

O Inventário Nacional de Referências Culturais propõe em seu Manual de Aplicação do INRC – 2000 *a construção de um olhar patrimonial sobre as práticas culturais dos grupos sociais, através de pesquisas bibliográficas e de campo, cujos resultados são sistematizados em um conjunto de fichas, relatórios e documentos audiovisuais*. O Manual ressalta ainda que, *embora partilhe do universo teórico-metodológico próprio das ciências sociais e possua características de pesquisa acadêmica, o desenvolvimento de um INRC implica sempre na assunção, por parte do Estado, de compromissos com as comunidades envolvidas, fazendo parte de um processo de implantação de políticas públicas*.

No Anexo 1B do referido Manual de Aplicação são ressaltados quatro critérios para a escolha dos bens a serem identificados, buscando equilibrar um “quantum” de representatividade para a comunidade, com critérios técnicos construídos com base no conhecimento prévio sobre a região e realidade inventariada. São eles: **1)** destaque da comunidade dos bens de significação diferenciada que marca a sua identidade; **2)** destaques apontados pelo conhecimento acumulado sobre o território estudado; **3)** comparação com o que ocorre na área de entorno, por semelhança ou contraste; e **4)** vigência da referência nas práticas sociais atuais ou na memória.

A metodologia do INRC prevê a participação social em três seminários, com finalidades distintas, envolvendo os detentores dos bens culturais. O **primeiro** seminário destinado à apresentação do projeto e da política de patrimônio imaterial, assim como à mobilização de pessoas interessadas, a identificação de parceiros e a realização de pactuações necessárias. O **segundo** seminário destinado ao diálogo acerca dos resultados da primeira etapa e à tomada de decisão sobre questões relativas à execução do levantamento das referências culturais, a ser realizado em uma segunda etapa. O **terceiro** e último evento tem como objetivo devolver aos grupos envolvidos os resultados gerais do inventário e discutir possíveis encaminhamentos/proposições de ações. O documento ressalta ainda que, para além das reuniões, outras formas de participação dos detentores de saber também podem ser utilizadas, como a formação de conselhos para acompanhar o desenvolvimento das atividades, a incorporação de pessoas da comunidade como pesquisadores, articuladores, mediadores, entre outros.

O referido documento metodológico define ainda as três etapas metodológicas do INRC: 1) o **Levantamento Preliminar**; 2) a Identificação; e 3) a Documentação, com finalidades, características e atividades específicas. Entre as três etapas apresentadas observa-se que a participação social é descrita na primeira etapa como *realização de reunião com os interessados para a devolutiva dos resultados da pesquisa e definição dos bens culturais que serão objeto de investigação aprofundada na próxima etapa de pesquisa.*

Considerando que a participação social no INRC é prevista na primeira etapa do trabalho - Levantamento Preliminar a equipe técnica a frente do estudo desenvolveu um conjunto de metodologias para a execução da referida etapa, com vistas à adequação às especificidades do território da Baía do Iguape, com sua riqueza e diversidade de culturas, zelando ainda pelo aprimoramento da metodologia definida no Manual de Aplicação do INRC, buscando aumentar a efetividade da participação dos agentes culturais envolvidos e a consequente qualidade do

inventário. A proposta metodológica foi pactuada com o IPHAN e executada de maneira conjunta com seus técnicos.

### **Metodologias desenvolvidas e executadas para a participação social no INRC**

As especificidades do território e sua diversidade e complexidade cultural exigiram o desenvolvimento de metodologias que fossem capazes de **mobilizar e sensibilizar** as pessoas para sua **participação** no levantamento das referências culturais, valorizando as pessoas e instituições de referência que conformam a dinâmica cultural do território, ampliando seu **conhecimento** sobre a Política Cultural e o INRC e possibilitando, ainda, a **reflexão crítica** sobre quais referências poderiam ser mais vulneráveis aos impactos da implantação do empreendimento naval na região.

O processo participativo envolveu a gestão das prefeituras de abrangência do levantamento, e grupos sociais envolvidos com os bens culturais inventariados pelos técnicos em campo. O objetivo do processo participativo consistiu-se na apresentação da pesquisa realizada e das referências culturais inventariadas, possibilitando a confirmação e a complementação com outros bens culturais não identificados até então pelos especialistas, preservando o conceito de identidade cultural relacionada ao referido bem.

As metodologias concebidas e executadas previram dois momentos, com estratégias metodológicas distintas: **Seminário Interativo Institucional** e **Oficinas Pedagógicas Participativas**. Essas metodologias estão sendo apresentadas e consolidadas neste artigo, a partir de ampla reflexão propiciada pela experiência de construção participativa deste INRC.

Os Seminários Institucionais Interativos foram realizados em quatro horas de duração e executados em cada um dos sete municípios envolvidos no território da pesquisa, tendo como finalidade apresentar ao poder público local e instituições ligadas à cultura - incluindo universidades e entidades culturais, a pesquisa e os resultados obtidos no levantamento preliminar das referências culturais, promovendo ainda a articulação institucional para o desenvolvimento do INRC. A metodologia utilizada foi a **Interação Social**, organizada em quatro momentos:

#### **METODOLOGIA SEMINÁRIO INTERATIVO**

1.CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA – apresentação ilustrada e interativa do INRC, sua metodologia de construção participativa e resultados esperados;

2. MANIFESTAÇÃO DA SOCIEDADE – inscrição de manifestações da sociedade, com apresentação das questões, comentários e sugestões dos participantes;
3. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA – comentários dos técnicos sobre as manifestações apresentadas, registrando as contribuições dos participantes, sem emissão de julgamentos ou antecipação de decisões;
4. DIÁLOGOS INTERATIVOS – mediação pedagógica dos diálogos e reflexões, incluindo o registro das contribuições e a valorização das questões estratégicas levantadas;
5. CONSOLIDAÇÃO – apresentação das questões estratégicas identificadas nas reflexões e as contribuições que emergiram dos diálogos e sugestões ao trabalho, ressaltando os conteúdos apresentados e a contribuição ao aprimoramento do processo de construção do INRC.

As Oficinas Pedagógicas Participativas, com quatro horas de duração, foram realizadas nos sete municípios envolvidos e contaram com a participação de grupos sociais, agentes culturais e pesquisadores envolvidos com os bens culturais pesquisados. A metodologia concebida e utilizada nas Oficinas foi a **Pedagogia de Participação Transdisciplinar**, estruturada em cinco momentos:

#### **METODOLOGIA PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO TRANSDISCIPLINAR**

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA – apresentação ilustrada e interativa, pela equipe técnica a frente do estudo, do INRC e sua metodologia de participação social, ressaltando a importância do inventário para a proteção do patrimônio cultural imaterial e sua repercussão na proteção do patrimônio cultural material;
2. AMPLIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O TEMA – construção pedagógica dos conceitos fundamentais para a compreensão do INRC (referência cultural/ patrimônio imaterial e material/ salvaguarda/ INRC);
3. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO - apresentação e revisão dos bens culturais levantados e a complementação de outros indicados pelos participantes, atendendo ao critério de integração da memória das comunidades e da sua identidade cultural. Nesta etapa foi também complementada a descrição das referências culturais identificadas;
4. DEFINIÇÃO DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS – apresentação dos possíveis impactos gerados com a instalação do empreendimento naval na região, promovendo a reflexão crítica sobre os bens culturais que poderiam estar mais vulneráveis aos impactos. Nesta etapa os

participantes elegeram os bens possivelmente mais vulneráveis e sugeriram ações de salvaguarda;

5. CONSOLIDAÇÃO – os participantes contribuíram com a complementação e detalhamento da identificação dos bens culturais possivelmente mais vulneráveis, assim como para a definição das estratégias e ações de salvaguarda.

Ao realizar o primeiro Seminário Institucional Interativo, a equipe técnica e o IPHAN constataram a alta expectativa dos participantes e a riqueza de suas contribuições. Essa percepção possibilitou a avaliação do planejamento e o ajuste da metodologia de participação social no INRC, definindo quatro pilares: i) realização dos Seminários Institucionais e Oficinas Pedagógicas em um único momento, no formato de Consulta Pública, utilizando a Metodologia da Pedagogia de Participação Transdisciplinar; ii) garantia da ampla participação da comunidade na construção da versão final da identificação das referências culturais e na elaboração de diretrizes de salvaguarda; iii) valorização do diálogo sobre as referências culturais locais e a elaboração de diretrizes de salvaguarda nas Consultas Públicas; iv) formação de uma Comissão Comunitária (grupo de trabalho) composta por membros das comunidades e líderes da cultura local para o acompanhamento dos resultados dos trabalhos.

Com esse novo desenho, o público participante foi integrado, contando com a participação das prefeituras, grupos sociais envolvidos com os bens culturais, entidades religiosas, pesquisadores, e outros interessados. Os objetivos definidos foram: i) apresentar a pesquisa realizada e os bens culturais investigados, possibilitando a confirmação e a complementação de outros bens não identificados, preservando o conceito de identidade cultural relacionada ao referido bem; ii) contribuir com a identificação dos bens possivelmente mais vulneráveis ao processo de implantação e operação do empreendimento; iii) propor ações de salvaguarda para os bens identificados como os mais vulneráveis.

Por fim, foi consolidada a metodologia de participação social das Consultas Públicas, estruturada em quatro etapas:

ETAPA I – apresentação do levantamento preliminar dos bens culturais pesquisados, possibilitando a confirmação e a complementação de outros bens não identificados, preservando o conceito de identidade cultural relacionada ao referido bem;

ETAPA II - contribuição social com a identificação dos bens mais vulneráveis ao processo de implantação e operação do empreendimento;

ETAPA III - proposição de ações de salvaguarda para os bens identificados como os mais vulneráveis, a partir das Tipologias de Salvaguarda do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI-IPHAN), constantes do Manual de Aplicação do INRC;

ETAPA IV - formação de um grupo de trabalho (GT), indicado pelos representantes da comunidade, para acompanhar junto ao IPHAN o processo de definição de critérios de vulnerabilidade e seleção das referências culturais a serem protegidas.

A **metodologia da Pedagogia de Participação Transdisciplinar** possibilitou a estruturação da Consulta Pública em oito horas de duração, sendo executada uma em cada um dos sete municípios envolvidos com o território de pesquisa. Com a realização das Consultas Públicas, no formato final, observou-se que a participação social avançou nos requisitos que são previstos na Etapa de Levantamento Preliminar do INRC e ofereceu subsídios valiosos para as próximas etapas, em especial para a elaboração do Plano de Salvaguarda e para a construção do Plano de Desenvolvimento Local baseado na Cultura e no Turismo, indicado pelo IPHAN, como contrapartida do empreendimento para a região. E, ao final, esse Plano comporá a etapa seguinte do INRC, garantindo um processo de participação social em todas as etapas de sua construção.

#### **Participação social no levantamento preliminar do INRC**

A preparação das Oficinas de Consulta Pública para a escuta dos grupos envolvidos com os bens culturais pesquisados envolveu a elaboração de materiais técnicos/ pedagógicos para uso nas oficinas. Com o intuito de incentivar a preservação dos bens culturais, principalmente quanto à divulgação do seu significado para a cultural do território, foi produzida uma cartilha pedagógica, mostrando a situação em que se encontravam alguns dos muitos bens culturais identificados no levantamento preliminar do INRC.



Figura 01: Capa da Cartilha pedagógica do patrimônio cultural do território.



Figura 02: Página interna 16 da Cartilha exemplificando o formato de apresentação dos conteúdos.

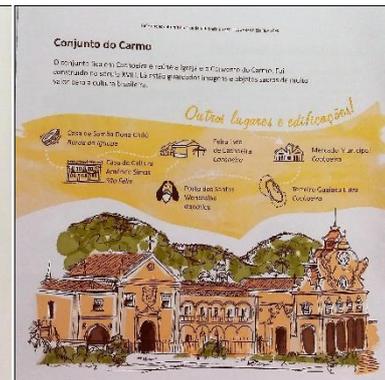


Figura 03: Ilustração da página 30 da Cartilha demonstrando a forma de exposição dos conteúdos.

As Oficinas de Consulta Pública contemplaram todas as etapas conceituais e metodológicas planejadas. Foram executadas sete oficinas participativas que contaram com a participação de 178 representantes culturais e institucionais. As Figuras 04 a 09 registram as atividades realizadas nos municípios de Salinas da Margarida, Maragogipe, Saubara, Santo Amaro, Itaparica e Cachoeira.



Figura 04: Consulta Pública realizada em Salinas da Margarida.



Figura 05: Consulta Pública realizada em Maragogipe.



Figura 06: Consulta Pública realizada em Saubara.



Figura 07: Consulta Pública realizada em Santo Amaro.



Figura 08: Consulta Pública realizada em Itaparica.



Figura 09: Consulta Pública realizada em Cachoeira.

Ao final desta rodada de Consultas Públicas, e, para consolidar os resultados do trabalho, foram executadas cinco novas Oficinas com os membros dos Grupos de Trabalho eleitos e pessoas de referência por eles convidadas. Ressalta-se que a estruturação dos GTs se deu a partir da participação espontânea das pessoas e do seu interesse no desenvolvimento da pesquisa. Os integrantes destes grupos, conforme acordado, puderam ser substituídos segundo a necessidade das Localidades.

Esta segunda rodada de consultas públicas com os GTs objetivou a revisão e complementação dos seguintes tópicos que foram organizados e sistematizados:

- 1) Complementações preliminares e validação dos bens culturais investigados.
- 2) Respostas a perguntas sobre os possíveis impactos do empreendimento nos bens culturais percebidos pelos participantes.
- 3) Sugestão dos participantes de ações de proteção ou recuperação dos bens culturais mais vulneráveis, para subsidiar a proposição de diretrizes de salvaguarda.

Estas oficinas com os GTs tiveram 4h de duração e promoveram a participação dos representantes culturais de maneira legítima, gerando ainda a educação patrimonial com a ampliação do conhecimento dos participantes com vistas à construção do processo reflexivo e propositivo na elaboração do Levantamento Preliminar do INRC.

A atividade de construção coletiva, desenvolvida com os GTs, realizou, i) leitura da relação de bens pesquisados, contendo as identificações desses bens, organizados no município, estruturados por categorias (celebrações, edificações, forma de expressão, lugares e ofícios e saberes); ii) complementação dos bens culturais, incluindo aqueles sugeridos pela localidade e; iii) descrição completa das referências culturais identificadas para checagem posterior, em caso de dúvidas.

As demandas identificadas pelos representantes culturais, durante as Oficinas de Consulta Pública, incluíram problemas gerais que vão desde infraestrutura física e social para a realização da atividade cultural, assim como problemas relacionados à manutenção das culturas locais. Compreendendo a visão integrada das localidades e a importância de suas contribuições e percepções sobre o tema cultura, durante as Oficinas de Consulta Pública todas as informações foram registradas, sem julgamento, independente de sua natureza ou responsabilidade de execução e convergiram para compor um rico conteúdo complementar ao Levantamento Preliminar do INRC.

Os resultados das Oficinas de Consulta Pública foram sistematizados por localidade, contribuindo para diferentes análises dos processos de permanências e transformações culturais que acontecem e que podem ocorrer a partir dos impactos estimados com a implantação do novo empreendimento na região. No Quadro 01 abaixo está retratado o quantitativo preliminar, por localidade, dos bens culturais inventariados no estudo, destacando os bens culturais ampliados a partir das Oficinas de Consulta Pública e os respectivos totais obtidos:

Localidades	Bens Culturais Inventariados pela equipe técnica	Bens Culturais Complementados pelos representantes culturais na Consulta Públicas	Totais de bens culturais inventariados
Cachoeira e Borda do Iguape	254	220	474
Itaparica	42	47	89
Maragogipe, Enseada e São Roque	58	72	130
Salinas da Margarida	46	64	110
Santo Amaro	39	09	48
São Félix	75	17	92
Saubara	36	21	57
<b>Total Geral</b>	<b>550</b>	<b>450</b>	<b>1.000</b>

Quadro 01: Resultados preliminares obtidos dos bens culturais inventariados e seus complementos

As figuras de 10 a 12 são algumas representações dos bens culturais inventariados no estudo.



Figura 10: Representação de mascarados na festa de Terno de Reis.

Figura 11: Representação de forma de expressão – ofícios e saberes.

Figura 12: Referências culturais de festas e lugares significativos.

A partir da realidade cultural das comunidades que compõem as áreas de influência do território pesquisado e da identificação das principais referências culturais existentes em cada uma delas, os grupos culturais participantes propuseram um conjunto de ações voltadas à política de proteção e gestão da cultura, valorizando costumes e práticas culturais das comunidades que convivem na região do estudo.

Zelando pelo cumprimento do objetivo maior do Levantamento Preliminar do INRC que é fortalecer as referências culturais para valorização das histórias locais e as identidades ancoradas nos territórios, as Oficinas de Consulta Pública possibilitaram o compartilhamento e a reflexão sobre os bens culturais do território, com os representantes e grupo cultural de cada localidade, resultando em uma importante contribuição ao estudo realizado e, em especial, à educação patrimonial dos grupos culturais da região.

Para fortalecer a continuidade desse processo a Cartilha de Patrimônio Cultural produzida, contendo conteúdos conceituais relacionados à cultura e sua política pública e valorizando as referências culturais identificadas, foi amplamente divulgada e distribuída para a difusão desse conhecimento junto às escolas, instituições e comunidades.

## Resultados

Com base no que foi apresentado e no objetivo deste artigo, os avanços e recomendações aqui apresentados estão organizados em três tópicos, construídos à luz dos objetivos e resultados esperados, tendo como principal finalidade oferecer algumas reflexões e sugestões de aprimoramentos aos demais processos de participação social na implementação de inventários nacionais de referências culturais, assim como, na construção de outros

processos e produtos relacionados às políticas públicas, programas, projetos e ações, desenvolvidos na área cultural.

#### I – Participação, Representatividade e Legitimidade.

O processo de participação social orientado pelo Manual de Aplicação do INRC – IPHAN - 2000 define uma participação do tipo qualitativa, privilegiando os grupos culturais envolvidos com os bens culturais, sem, no entanto, valorizar as instituições sociais de forma mais abrangente assim como a inclusão de outras instituições públicas, privadas e sociais interessadas no tema.

A partir do trabalho desenvolvido para o levantamento preliminar do INRC, foi possível verificar que as instituições sociais e seus representantes acumulam importante experiência em processos participativos, constituindo fundamental contribuição para os representantes dos movimentos culturais, ainda pouco adaptados a esses processos. Nessa perspectiva, sugere-se ampliar o universo de instituições sociais participantes, fortalecendo uma maior diversidade de representações e aumentando a representatividade dos territórios.

Em relação à participação qualitativa, baseada em representações de grupos e segmentos, ainda que questionada pela pouca representação numérica, ofereceu um universo participativo de pessoas e grupos interessados nos processos de interesse coletivo e foi avaliada a partir das representações presentes, integrantes do universo de grupos identificados. Observou-se, em alguns momentos, certo incômodo dos participantes em tomar decisões que podem interferir na vida da coletividade. Nesse momento é importante compreender que a participação social está inserida em um local específico, com cultura específica e em um determinado contexto histórico. Portanto, seus resultados devem ser vistos de maneira dinâmica, complexa e contextualizada.

Entre os desafios registrados, destacam-se os conflitos entre grupos sociais e culturais, observados e mediados durante o processo participativo, evitando que essas desavenças dentro dos grupos enfraqueçam a disposição e confiança dos seus representantes. Também as dificuldades de comunicação entre os coletivos para o amplo diálogo ou mesmo informação dos grupos participantes, atrapalharam a legitimidade das decisões assumidas pelos representantes presentes, gerando insatisfação e falta de reconhecimento coletivo das decisões tomadas pelos seus representados. Aliado a esses aspectos, a equipe técnica lidou com o cansaço e a descrença dos participantes em relação aos processos participativos e a efetividade de seus resultados.

Todos os aspectos mencionados levaram à compreensão de alguns fatores contributivos para a efetividade dos processos participativos:

a) compreender que todo processo social é único e representa um especial desafio e deve ser observado a partir de um contexto territorial. Para tanto é fundamental o conhecimento da dinâmica social, o mapeamento das instituições, grupos e movimentos existentes e a compreensão da missão de cada instituição;

b) desenvolver para instituições, grupos e movimentos sociais uma forma de abordagem específica, considerando metodologias pedagógicas e comunicativas que aumentem a efetividade dos processos de Mobilização, Comunicação, Educação e Participação, aumentando assim a efetividade e, conseqüentemente, a motivação e confiança social na participação.

Diante desse contexto, reconhece-se que todo processo é um recorte temporal. É um instante de percepção e decisão que integra a dinâmica social como um sistema aberto e renovável, sucessivamente. Esse reconhecimento contribui para compreender o processo de participação social com responsabilidade e maturidade, consciente da sua juventude e necessidade de aprendizado enquanto um processo em construção, preservando o compromisso com o avanço desse processo, com o aprimoramento de metodologias e, acima de tudo, honrando com os compromissos assumidos com as pessoas, grupos e instituições.

## II – Seminários, Oficinas e Consultas Públicas.

Os processos de diálogo e participação social abrem uma porta para a descoberta dos participantes sobre seus conhecimentos e desconhecimentos, curiosidades, faltas e desejos, etc. É comum, ao se iniciar um processo de participação social, os resultados extrapolarem objetivos, temas, abrangências e metas. As pessoas são complexas, vivem e compreendem o mundo de forma integrada e, conseqüentemente, pensam, se expressam e agem da mesma forma. Quando é solicitado às pessoas que pensem setorialmente, esse exercício representa um grande desafio – é necessário que esse exercício seja conduzido pedagogicamente, auxiliando os participantes na organização de seus pensamentos, sem, no entanto, negar nenhum conteúdo de contribuição integrada.

Ao promover a reflexão sobre alguma política pública com diferentes grupos sociais, como é o caso da cultura, é fundamental considerar também a deficiência na implantação dessas políticas públicas e dos investimentos, acumulando uma carência social que se arrasta por séculos. Em complemento, é relevante considerar ainda a baixa escolaridade das comunidades e seus representantes, contrastando com a grande sabedoria advinda de seus saberes e experiências.

Tudo isso converge para um cenário desafiador para o desenvolvimento do processo participativo, adequado a cada realidade, com suas singularidades. Para lidar com esses desafios é valoroso manter a abertura e a flexibilidade transdisciplinar, ampliando a percepção, o conhecimento e o universo de possibilidades, adequados a cada realidade. Esse foi o fundamento metodológico cultivado na Pedagogia da Participação Transdisciplinar.

A modalidade dos eventos de participação social deve ser avaliada diante dos objetivos definidos em cada processo. Para a finalidade de articulação institucional, apresentação do trabalho e acordo inicial com os representantes e instituições locais (públicas, sociais e privadas), recomenda-se o formato da metodologia do **Seminário Interativo**, promovendo espaço de diálogo, contribuições e articulação de pactos e acordos colaborativos. Já a participação de comunidades, grupos e associações, que exigem a construção participativa, recomenda-se as Oficinas Pedagógicas, nas quais é possível utilizar as metodologias pedagógicas construtivas. Para a construção coletiva de conhecimentos e pactuação de decisões, recomenda-se o formato da metodologia da **Pedagogia de Participação Transdisciplinar**, contemplando a valorização e o intercâmbio de conhecimentos com as construções conceituais coletivas; a ampliação do conhecimento dos participantes sobre informações técnicas essenciais à construção do planejamento específico; e a construção coletiva de ideias e ações cooperativas que contemplem a gestão e governança do plano construído.

As Consultas Públicas, assim como as Audiências Públicas, podem ser realizadas com qualquer um dos formatos apresentados, seja Seminário Interativo ou Oficina de Participação Transdisciplinar, desde que atendido o formato regulado legalmente.

Sendo assim, as chamadas Consultas Públicas, realizadas para a construção do Levantamento Preliminar do INRC, em sua funcionalidade, tiveram características de Oficinas Pedagógicas de Participação Transdisciplinar, promovendo o diálogo, a ampliação do conhecimento dos participantes, a efetiva participação nos resultados produzidos e atendendo, rigorosamente, as exigências legais.

### III – Participação Social no Planejamento e na Governança do Território

A implementação dos processos participativos requer pessoas e processos abertos, inclusivos, valorizadores da diversidade de saberes e percepções, que promovam reflexão crítica, disposição para o aprendizado e a construção coletiva de algo novo, seja um conhecimento ou um planejamento. A transdisciplinaridade favorece a abertura epistemológica para as singularidades culturais, religiosas, políticas, sociais e cognitivas; zelando pelo rigor ético

e técnico na atuação; e valorizando a compreensão e a inclusão das diferenças na construção de ideias e ações cooperativas e coletivas. Esse é um exercício constante para aqueles que atuam nesses processos. Quando os processos participativos são conduzidos com esses fundamentos, observa-se a diminuição da insatisfação social e o aumento da efetividade desses processos.

Lançando um olhar reflexivo e flexível sobre a participação social desenvolvida na construção do INRC da Baía do Iguape, observou-se que as interações oportunizadas com o processo participativo favoreceram a abertura de portas epistêmicas, com pedagogia, possibilitando aprendizado mútuo, o aprimoramento contínuo, o respeito às diferenças, a escuta sensível, a compreensão e, por fim, a construção coletiva de um conhecimento comum sobre as referências culturais da região e as possíveis estratégias para sua salvaguarda. Acrescenta-se ainda, como um resultado de grande relevância, a abertura de uma importante porta para o despertar social sobre como a cultura é compreendida na política pública federal e como pode ser possível a participação social nas decisões sobre a cultura no território.

As Oficinas de Consulta Pública realizadas promoveram o diálogo entre os diferentes grupos, sobre temas comuns, como seus bens culturais; como também propiciaram uma compreensão mais ampla sobre o pensar a cultura, local e regionalmente, para além dos interesses específicos de cada grupo. Essa interação favoreceu o exercício da reflexão sobre os impactos do empreendimento na cultura local e sobre proposições para a proteção dos bens que estão ou poderão estar sob risco.

A oportunidade dessa mobilização social em torno do tema das referências culturais e a organização dos Grupos de Trabalho em cada município, integrante do território pesquisado, constituiu importante oportunidade para a estruturação de uma Rede de Governança da Cultura na região. Para tanto, é fundamental a manutenção das relações construídas e o exercício do diálogo, em especial, em atendimento a um planejamento compartilhado com as comunidades, com a descrição e pactuação de cronogramas, produtos, metas e resultados.

Com vistas à estruturação da Rede de Governança da Cultura da Baía do Iguape, a reflexão sobre a experiência vivenciada possibilitou a visualização de três estratégias. A primeira estratégia prevê a valorização dos representantes e interlocutores da cultura local, em especial a célula formada nos Grupos de Trabalho, para constituição de um Conselho Regional de Cultura da Baía do Iguape, iniciando assim a construção de uma rede de participação na governança da cultura nesse território.

A segunda estratégia visa relacionar a implantação de grandes empreendimentos e seu processo de licenciamento, à oportunidade de fortalecer as relações e referências culturais do

território de abrangência dos impactos do empreendimento. Assim, prioriza-se a proteção cultural do território, se oportuniza a participação continuada de comunidades e instituições, integrantes do território, na proteção do patrimônio cultural material e imaterial, ao tempo em que oportuniza sua participação no planejamento e na execução do Plano de Salvaguarda dos Bens Culturais e do Plano de Ação de Projetos Prioritários. Essas estratégias favorecem a participação social como estratégia transversal de fortalecimento da governança da cultura local.

A terceira estratégia é a produção de materiais pedagógicos e comunicativos voltados à difusão dos conhecimentos construídos no processo participativo e à valorização desses conteúdos nas escolas, instituições e comunidades. Esses materiais devem ser disponíveis em meio impresso e digital para amplo acesso público.

A partir dos resultados alcançados nesta experiência de construção participativo do INRC da Baía do Iguape, compreende-se que os avanços metodológicos e as estratégias propostas podem contribuir com outros contextos de participação social em políticas públicas. Os avanços e reflexões apresentados sugerem a necessidade de compreender a participação social como um processo, com aprimoramentos contínuos, amadurecimento de reflexões e ampliação de conhecimentos e, em especial, de exercício de respeito, compreensão e aprendizado mútuo. Nessa perspectiva, a participação social pode ser vista para além dos objetivos de construção coletiva de um planejamento comum, para ser valorizada como oportunidade de formação de uma cidadania mais informada, mais crítica e mais atuante nas decisões e no destino de seu território. Esse é um caminho possível e efetivo para a construção da governança de um território e dos bens comuns, como a cultura.

## Referências

- BRASIL (2000). Decreto nº 3551 de 4 de outubro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm). Acesso em: 20/04/2017.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (2000). Inventário Nacional de referências Culturais. Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN.
- ETHOS-HUMANUS (2013). *Módulo da Oficina Planejamento Estratégico Interativo para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade do Solar do Unhão*. Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social do Empreendimento Bahia Marina, Salvador.
- ETHOS-HUMANUS (2010). *Módulo da Oficina Sustentabilidade da Atividade Pesqueira*. Programas Socioambientais do Estaleiro Enseada do Paraguaçu. Salvador.
- INSTITUTO AUTOPOIÉSIS BRASILIS (2007). *Tecnologias Sociais: Caderno de Formação e Capacitação da Sociedade Civil para a Gestão Social da Água*. Salvador.
- MORIN, Edgar (2001). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo/Brasília: Cortez/UNESCO.
- OJU OBÁ PRODUÇÕES (2013). *Levantamento Preliminar do INRC na Área de Influência do Empreendimento Estaleiro Enseada do Paraguaçu – Produto 8: Diagnóstico Cultural*. Salvador.
- PALAVIZINI, Roseane (2006). *Gestão Transdisciplinar do Ambiente: Uma Perspectiva aos Processos de Planejamento e Gestão Social no Brasil*. Tese de Doutorado do programa de engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGA/ UFSC, Florianópolis.

### **Roseane Palavizini** (corresponding author)

Arquiteta Urbanista; Doutora em Engenharia Ambiental – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC Florianópolis, SC, Brasil; Mestre em Urbanismo – Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, BA, Brasil; Especialista em: Planejamento e Gestão Ambiental – Universidade Católica do Salvador, UCSal, Salvador, BA, Brasil; Planejamento Regional, Municipal e Gestão Urbana - Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, BA, Brasil; e Terapia Junguiana – Universidade Hélio Rocha e Clínica Psiquê, Salvador, BA, Brasil. Endereço de Residência: Rua José Augusto Tourinho Dantas, 1620 – Praia do Flamengo, Salvador – Bahia – Brasil. CEP: 41.603-110. Telefone de contato: (71) 99119-9336. E-mail: [palavizini@gmail.com](mailto:palavizini@gmail.com).

### **Vania Helena Dalpizzol**

Especialização em Educação Ambiental para a Sustentabilidade. Graduada do curso de Licenciatura em Filosofia - Faculdade Batista Brasileira, FBB, Salvador, BA, Brasil. Endereço de Residência: Rua Frederico Edelweiss, 174 – Rio Vermelho, Salvador – Bahia – Brasil. CEP: 41.940-270. Telefone de contato: (71) 99106-1103. E-mail: [vania\\_helena40@yahoo.com.br](mailto:vania_helena40@yahoo.com.br).

[www.estreialogos.com](http://www.estreialogos.com)



© Todos os direitos reservados  
ESTREIADIALOGOS 2017

ISSN 2183-8402